

EDITAL Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026
LEILÃO Nº 001/2026

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, com sede administrativa na Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores, Tarumã/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, neste ato representado por seu Secretário Municipal Ednilson Frazão, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.461/2023, com a legislação municipal aplicável e com as disposições deste Edital e seus anexos, torna público que realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **LEILÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento do **MAIOR LANCE POR ITEM**, para alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio municipal, conforme especificações constantes deste Edital.

Data de abertura da sessão pública: 18 de maio de 2026.

Horário de abertura: 09h00

Referência de tempo: horário de Brasília/DF

Plataforma eletrônica: www.licitardigital.com.br

Modo de disputa: ABERTO

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos

Esclarecimentos e impugnações: www.licitardigital.com.br

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente edital a alienação, mediante leilão eletrônico, de veículos inservíveis pertencentes ao Município de Tarumã/SP, relacionados no Anexo I, com julgamento pelo maior lance por item.

2.2. Os bens serão alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, sem garantia, pressupondo-se previamente vistoriados pelos interessados, não cabendo qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades, características, funcionamento, vícios aparentes ou ocultos, nem pedido de abatimento de preço, desfazimento da arrematação ou indenização.

2.3. As fotografias, laudos e descrições constantes dos anexos possuem caráter auxiliar e informativo, prevalecendo, para todos os efeitos, a situação real do bem no momento da visitação e da arrematação.



3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Integram este edital, para todos os fins e efeitos:

- a) Anexo I – Relação dos lotes, descrição resumida dos bens e valores mínimos;
- b) Anexo II – Termo de Referência;
- c) Anexo III – Estudo Técnico Preliminar;
- d) Anexo IV – Laudos de avaliação dos veículos;
- e) Anexo V – Relatório fotográfico dos veículos;
- f) Anexo VI – Mapa de gerenciamento de riscos;
- g) Demais documentos do processo administrativo.

3.2. Em caso de divergência entre este edital e seus anexos, prevalecerá, para todos os fins, o disposto no edital, seguido do Anexo I, do Termo de Referência, dos laudos de avaliação e dos demais anexos, sem prejuízo de retificação formal antes da sessão pública.

3.3. Eventuais inconsistências materiais identificadas entre os anexos deverão ser objeto de retificação formal antes da abertura da sessão pública.

4. DOS LOTES E DOS VALORES MÍNIMOS

- 4.1. Os bens serão licitados por lotes individualizados, conforme relação constante do Anexo I.
- 4.2. Somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor mínimo estabelecido para cada item.
- 4.3. O Município reserva-se o direito de não alienar item cujo maior lance seja inferior ao valor mínimo fixado.
- 4.4. O Município poderá, mediante decisão motivada, retirar item do leilão, suspender sua disputa ou promover retificação do edital, caso constatada inconsistência documental, avaliação desatualizada, erro material ou interesse público superveniente.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS BENS

- 5.1. Os bens objeto deste leilão são classificados como inservíveis à Administração Municipal.
- 5.2. Os bens serão transferidos sem qualquer obrigação do Município quanto a consertos, reparos, desmontagem, carregamento, transporte, seguro, regularização posterior ou fornecimento de peças.
- 5.3. Caberão exclusivamente ao arrematante todas as despesas incidentes sobre a retirada, transporte, transferência de propriedade, tributos, taxas, emolumentos, vistorias, baixa, regularização perante órgãos competentes e demais encargos decorrentes da arrematação.



5.4. Os itens classificados no Anexo I como sucata, sucata aproveitável, sucata com motor inservível ou sucata inservível observarão a legislação específica aplicável, inclusive quanto às restrições de arrematação, circulação, desmontagem, baixa e destinação final.

6. DA PUBLICIDADE, DO ACESSO AO EDITAL E DO CREDENCIAMENTO OPERACIONAL

6.1. O edital, seus anexos e os avisos relativos ao certame serão disponibilizados nos meios oficiais de divulgação do Município, na plataforma eletrônica indicada no preâmbulo e nos demais canais definidos pela Administração.

6.2. Os interessados deverão realizar previamente seu cadastro na plataforma eletrônica do leilão, conforme regras operacionais do sistema e orientações deste edital.

6.3. O credenciamento na plataforma constitui requisito operacional para participação no certame e não se confunde com fase de habilitação.

6.4. Para fins de acesso ao sistema, identificação do participante e segurança da operação, poderão ser exigidos pela plataforma e pelo edital documentos mínimos de identificação e representação, inclusive:

I – para pessoa física: documento oficial com foto, CPF, comprovante de endereço e, se exigido pela plataforma, fotografia de validação;

II – para pessoa jurídica: ato constitutivo e alterações, comprovante de inscrição no CNPJ, documentos do representante legal e demais documentos operacionais requeridos pelo sistema.

6.5. A aprovação do cadastro, o login e a senha são de responsabilidade exclusiva do participante, que responderá integralmente pelos lances registrados em seu nome.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste leilão as pessoas físicas maiores e capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas, observadas as restrições deste edital e da legislação aplicável.

7.2. Não poderão participar do certame:

I – menores de 18 anos não emancipados;

II – agentes públicos e servidores que atuem no processo de alienação, na comissão responsável, na condução do leilão ou na fiscalização do certame;

III – pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração, na extensão aplicável à penalidade;

IV – pessoas físicas ou jurídicas que não atendam às condições específicas exigidas para lotes com restrição legal de destinação;

V – demais hipóteses de impedimento previstas em lei e em regulamentação municipal.



7.3. A participação no leilão implica plena ciência e aceitação das regras deste edital, do Termo de Referência, dos laudos, das condições de uso da plataforma e das condições materiais dos bens.

8. DA VISITAÇÃO DOS BENS

8.1. Os bens poderão ser visitados e examinados pelos interessados no período de **23 de abril a 15 de maio de 2026**, em dias úteis, das 09h00 às 15h00, na **Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos**, Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, na cidade de Tarumã, estado de São Paulo.

8.2. A visitação é recomendável e tem por finalidade permitir que os interessados conheçam o estado real dos bens, suas características, eventuais avarias, ausência de componentes, situação física e demais condições relevantes à formulação dos lances.

8.3. A não realização de visita não afasta a responsabilidade do arrematante, presumindo-se, em qualquer caso, o conhecimento integral das condições do lote arrematado.

8.4. Eventuais despesas com deslocamento, vistoria, acompanhamento técnico e inspeção correrão por conta exclusiva do interessado.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Nos termos da legislação aplicável ao leilão, não haverá fase de habilitação, sem prejuízo do credenciamento operacional previsto neste edital e da comprovação, pelo arrematante, de identidade, representação e cumprimento de exigências legais específicas para o lote arrematado.

10. DOS LANCES E DO JULGAMENTO

10.1. O leilão será realizado na forma eletrônica, por itens individualizados, em sessão pública virtual na plataforma indicada no preâmbulo.

10.2. O critério de julgamento será o do maior lance por item, desde que igual ou superior ao valor mínimo fixado no Anexo I.

10.3. Após o credenciamento, o interessado poderá registrar lances na plataforma, observadas as regras operacionais do sistema.

10.4. O modo de disputa será **ABERTO**, com apresentação de lances públicos e sucessivos.



10.5. A sessão pública de disputa de cada lote terá duração inicial de, no mínimo, 10 (dez) minutos, prorrogando-se automaticamente quando houver lance ofertado nos 2 (dois) minutos finais, na forma da regulamentação aplicável.

10.6. A cada prorrogação automática, o sistema reabrirá o tempo por novo período de 2 (dois) minutos, sucessivamente, enquanto houver lance válido dentro do intervalo de prorrogação.

10.7. Não serão aceitos lances de igual valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro pelo sistema.

10.8. O participante é responsável pelos lances ofertados, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, ressalvadas hipóteses de falha sistêmica comprovada e reconhecida pela Administração e pelo responsável pela condução do certame.

10.9. Encerrada a disputa do lote, será classificado em primeiro lugar o participante que tiver apresentado o maior lance válido.

10.10. Poderá ser declarado fracassado o lote que não alcançar o valor mínimo estabelecido.

10.11. A Administração poderá, motivadamente, reincluir item sem arrematação em nova sessão ou em novo procedimento, observadas as regras do processo.

11. DA ARREMATAÇÃO, DA ATA E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, será declarada arrematação provisória em favor do maior lance válido por lote.

11.2. A homologação do resultado ocorrerá após a verificação da regularidade formal do certame, do cumprimento das condições editalícias.

11.3. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública, contendo os lotes disputados, os lances, os arrematantes provisórios, os lotes desertos ou fracassados e as ocorrências relevantes.

11.4. O resultado do leilão será publicado nos meios oficiais do Município e na plataforma eletrônica.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento do valor integral da arrematação deverá ser efetuado em parcela única, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da homologação do resultado, mediante depósito ou transferência bancária para conta do Município a ser indicada formalmente ao arrematante.



12.2. O não pagamento integral no prazo estabelecido implicará perda do direito sobre o lote, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.3. Não haverá devolução dos valores pagos em razão de desistência do arrematante, salvo hipótese legalmente admitida ou impossibilidade superveniente de entrega imputável à Administração.

13. DA RETIRADA, DA ENTREGA E DA TRANSFERÊNCIA DOS BENS

13.1. A retirada dos bens será realizada mediante agendamento prévio, após a comprovação do pagamento integral e da satisfação das condições previstas neste edital.

13.2. Os bens deverão ser retirados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da liberação pelo Município, sob pena de perda do direito ao item, aplicação das sanções cabíveis e adoção das medidas administrativas previstas neste edital, inclusive convocação de remanescente ou realização de novo procedimento, se conveniente à Administração.

13.3. A retirada será acompanhada por servidor designado, devendo o arrematante ou seu representante legal apresentar documento de identificação e comprovante de quitação.

13.4. Os veículos com direito à documentação somente serão liberados após a emissão e entrega da documentação necessária pelo Município, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da quitação, observado o fluxo administrativo interno e a tramitação perante os órgãos competentes.

13.5. Os veículos classificados como sucata ou sem direito à circulação serão entregues sem placas, sem documentação de circulação e com as baixas e restrições cabíveis, na forma da legislação específica.

13.6. A partir da liberação do bem, cessará a responsabilidade do Município por guarda, conservação, avarias, extravios, deterioração ou perdas.

13.7. O arrematante deverá providenciar, no prazo legal e regulamentar, a transferência da propriedade, a regularização perante os órgãos competentes e a descaracterização das identificações visuais do Município, quando existentes.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE

14.1. Constituem obrigações do arrematante, entre outras previstas neste edital:

- I – pagar integralmente o valor da arrematação e os encargos incidentes;
- II – retirar o bem no prazo fixado;
- III – providenciar transporte, carregamento, remoção e destinação final do bem;
- IV – efetuar a transferência, regularização ou baixa do bem, conforme o caso;



- V – observar as restrições legais aplicáveis aos lotes sem direito à circulação;
- VI – não ceder, permutar, vender ou negociar o bem antes da quitação e da regular transferência ou retirada, quando aplicável;
- VII – responder civil, administrativa e criminalmente pelo uso e destinação do bem em desacordo com a legislação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

15.1. Compete ao Município:

- I – disponibilizar os bens para visitação, na forma deste edital;
- II – conduzir ou supervisionar o certame, diretamente ou por leiloeiro oficial regularmente designado;
- III – disponibilizar os anexos técnicos que compõem o processo;
- IV – fornecer a documentação necessária à transferência dos lotes com direito à documentação, nos prazos administrativos fixados;
- V – formalizar a entrega dos bens mediante termo, recibo, nota de venda ou documento equivalente.

15.2. O Município responderá apenas pelos atos que lhe couberem formalmente no processo de alienação, não se responsabilizando por providências posteriores de interesse do arrematante.

16. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. O descumprimento das condições deste edital sujeitará o arrematante, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às penalidades cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal.

16.2. Constituem hipóteses de infração, entre outras:

- I – deixar de efetuar o pagamento no prazo;
- II – desistir injustificadamente da arrematação;
- III – prestar informação falsa no credenciamento;
- IV – fraudar a disputa ou praticar atos que comprometam a lisura do certame;
- V – descumprir obrigações de retirada, transferência, baixa ou destinação do bem.

16.3. Sem prejuízo das demais sanções legais, poderão ser aplicadas:

- I – advertência, quando cabível;
- II – multa de 5 % sobre o valor do lote arrematado, na hipótese de inadimplemento injustificado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração, observados os limites legais;
- IV – declaração de inidoneidade, nos casos de fraude ou gravidade extrema, na forma da lei.



17. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública. As respostas serão divulgadas no prazo legal, limitado ao último dia útil anterior à abertura do certame.

17.2. As manifestações deverão ser protocoladas na plataforma eletrônica e/ou no sistema oficial indicado pelo Município, com identificação do interessado e exposição fundamentada dos pontos questionados.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas pelos mesmos meios de publicidade do edital.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Dos atos praticados no âmbito deste leilão caberá recurso administrativo, nos casos e na forma previstos no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, especialmente em face de atos que declarem a arrematação, desclassifiquem participante, apliquem sanções, anulem ou revoguem o certame, observadas as disposições deste edital.

18.2. Encerrada a sessão pública, o interessado que pretender recorrer deverá manifestar, de forma imediata e motivada, sua intenção de recurso no sistema eletrônico, em campo próprio, pelo prazo não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, quando essa funcionalidade estiver disponível na plataforma. Essa manifestação não substitui a apresentação formal das razões recursais no prazo legal.

18.3. O prazo para apresentação do recurso administrativo será de 3 (três) dias úteis, contado da intimação, da lavratura da ata ou da divulgação oficial do ato recorrido, conforme o caso.

18.4. Os demais interessados ficarão, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.5. Os recursos deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico indicado neste edital ou, quando indisponível essa funcionalidade, pelo canal oficial informado pela Administração.

18.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



18.7. Os recursos interpostos fora do prazo legal ou sem observância dos requisitos de admissibilidade não serão conhecidos.

18.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.9. O recurso terá efeito suspensivo apenas quando houver disposição legal, decisão fundamentada da autoridade competente ou quando a continuidade do procedimento puder comprometer a utilidade da decisão recursal.

18.10. Na modalidade leilão, não se aplicam, salvo previsão legal específica, disposições próprias de fases típicas do pregão, como julgamento de propostas por critérios de aceitabilidade técnica ou inversão de fases de habilitação. O certame observará a sistemática própria do leilão eletrônico, com julgamento pelo maior lance.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente edital não importa em obrigação de venda de qualquer lote, caso não sejam alcançados os valores mínimos fixados ou sobrevenha razão de interesse público devidamente motivada.

19.2. Os casos omissos serão decididos pela autoridade competente, com apoio da unidade de compras/licitações, do setor de patrimônio, da área demandante e da assessoria jurídica, quando necessário.

19.3. Fica eleito o foro da Comarca de Assis/SP, Estado de São Paulo, para dirimir controvérsias oriundas deste edital que não puderem ser resolvidas administrativamente, nos termos da legislação aplicável.

Tarumã/SP, 22 de abril de 2026.

EDENILSON FRAZÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL



ANEXO I – RELAÇÃO DOS LOTES, DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS BENS E VALORES MÍNIMOS

1. Relação dos lotes

SEQ.	TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	ANO FAB.	COMB.	AValiação	DÉBITO
1	ÔNIBUS	SCANIA	M. POLO PARADISO R/340 CV (BRANCA)	ASN-4644	2010	DIESEL	R\$ 54.000,00	Não há
2	ÔNIBUS	VOLKSWAGEN	CAIO ALFHA 16210 CO-44/6450CC (VERDE)	CDZ-2189	1998	DIESEL	R\$ 18.000,00	Não há
3	ÔNIBUS	MERCEDEZ BENZ	INDUSCAR GI R 161-211 CV (BRANCA)	DBA-4037	2002	DIESEL	R\$ 21.000,00	Não há
4	CARRO	FIAT	PALIO FIRE FLEX 1.0 (PRATA)	DBA-4041	2006	FLEX	R\$ 1.600,00	Não há
5	VAN	FIAT	DUCATO MINIBUS-127CV/2300 (BRANCA)	FCF-2195	2014	DIESEL	R\$ 32.200,00	Não há
6	CAMIONETE	CHEVROLET	S10 2.5 D 4X4	CDZ-2188	1998	DIESEL	R\$ 6.500,00	Não há

2. Detalhamento dos lotes

Lote 01

Ônibus Scania/MPolo Paradiso R 340CV, cor branca, placa ASN-4644, ano 2010/2010, chassi 9BSK4X200A3656143, RENAVAL 205789030, combustível diesel. Classificação: livre circulação. Situação do bem: segundo o relatório de condição, apresenta problemas no aquecimento, levando a motor avariado. Valor mínimo de arrematação: R\$ 54.000,00. Na pesquisa DETRAN anexada, constam licenciamento 2026 e ausência de débitos, gravames e restrições na data da consulta.

Lote 02

Ônibus VW/Caio Alpha 16210CO, cor verde, placa CDZ-2189, ano 1998/1999, chassi 9BWY2TJB2WRB09071, RENAVAL 708593470, combustível diesel. Classificação: livre circulação. Situação do bem: veículo parado por longo período, com desgaste pelo tempo sem uso. Valor mínimo: R\$ 18.000,00. A pesquisa DETRAN anexada indica ausência de débitos e restrições na data da consulta.

Lote 03

Ônibus M.Benz/Induscar GI R 161, cor branca, placa DBA-4A37, ano 2002/2002, chassi 9BM3820692B305713, RENAVAL 810878828, combustível diesel. Classificação: livre circulação. Situação do bem: veículo sem uso; bancos e vidros preservados, pneus ruins. Valor mínimo: R\$ 21.000,00. A pesquisa DETRAN juntada também aponta ausência de débitos e restrições na data consultada.



Lote 04

Automóvel Fiat/Palio Fire Flex 1.0, cor prata, placa DBA-4041, ano 2006/2007, chassi 9BD17146G72739735, RENAVAM 880434430, combustível flex. Classificação: sucata aproveitável. Situação do bem: motor avariado. Valor mínimo: R\$ 1.600,00. Por sua classificação, o lote deve ser tratado como sucata, sem destinação para circulação, observadas as restrições legais e editalícias aplicáveis. A pesquisa DETRAN anexada indica ausência de débitos e restrições na data da consulta, mas isso não altera a classificação do lote como sucata aproveitável.

Lote 05

Van / micro-ônibus Fiat/Ducato Minibus 127CV/2300, cor branca, placa FCF-2195, ano 2014/2014, chassi 93W244P24E2132578, RENAVAM 1025642713, combustível diesel. Classificação: livre circulação. Situação do bem: motor desmontado, encontrando-se no interior do veículo. Valor mínimo: R\$ 32.200,00. Na pesquisa DETRAN juntada, constam licenciamento 2026 e ausência de débitos e restrições na data da consulta.

Lote 06

Camioneta de carga GM/S10 2.5 D 4x4, cor branca, placa CDZ-2188, ano 1998, chassi 9BG138BTWWC946322, RENAVAM 00702485470, combustível diesel. Classificação: livre circulação. Situação do bem: embreagem avariada e motor funcionando precariamente. Valor mínimo: R\$ 6.500,00. Os dados de identificação e estado do bem constam do laudo e do relatório fotográfico individual.

3. Observações e condições específicas dos lotes

3.1. Os bens serão alienados no estado de conservação e nas condições em que se encontram, pressupondo-se previamente examinados pelos interessados, não cabendo reclamações posteriores quanto a vícios aparentes ou ocultos, funcionamento, ausência de peças ou necessidade de reparos. Os relatórios anexos registram avarias relevantes, como motor avariado, motor desmontado, pneus ruins, embreagem avariada e desgaste por tempo sem uso.

3.2. O Lote 04 está classificado como sucata aproveitável, de modo que sua arrematação deve observar as restrições legais e editalícias próprias dessa categoria, inclusive quanto à circulação, transferência, baixa, desmontagem e destinação final. A avaliação consolidada também o registra como sucata aproveitável.

3.3. Os lotes 01, 02, 03, 05 e 06 foram avaliados como de livre circulação, com valores mínimos correspondentes à faixa de livre circulação constante dos laudos individuais e da planilha consolidada.

3.4. Para os lotes com pesquisa DETRAN anexada, a consulta registra, na data de emissão, ausência de débitos, gravames e restrições, conforme documentos juntados. Convém, porém, o edital prever que a situação documental definitiva considerada para entrega será a vigente na data da formalização da transferência.



3.5. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, sem garantia, cabendo aos interessados sua prévia vistoria. O Lote 04, por estar classificado como sucata aproveitável, submete-se às restrições legais específicas de arrematação, baixa, desmontagem, retirada e destinação final.



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;



ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;



ANEXO IV – LAUDOS DE AVALIAÇÃO DOS VEÍCULOS;



ANEXO V – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS VEÍCULOS;



ANEXO VI – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS;

